

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	XXIII
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XXIX
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O CONCEITO DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL NO ÂMBITO DA TRIBUTAÇÃO DIRECTA.....	31
I. A evolução histórica do conceito de Estabelecimento Estável (EE)	31
1. O surgimento.....	33
2. A consolidação.....	35
3. A disseminação	42
II. Os elementos essenciais da definição geral de EE.....	66
1. A existência de uma empresa.....	74
2. A realização de actividades empresariais	76
3. A presença com certa estabilidade geográfica	81
4. O “local empresarial” deve estar à disposição da empresa não residente.....	95
III. Os casos típicos constitutivos de EE.....	107
1. As instalações fixas.....	107
1.1. Um local de direcção.....	109
1.2. Uma sucursal.....	111
1.3. Um escritório.....	115
1.4. Uma fábrica.....	116
1.5. Uma oficina.....	119
1.6. Uma mina, pedreira e outros recursos naturais	120
2. As «obras de construção»	122
2.1. Caracterização de «obras de construção»	122

2.1.1.	Elemento objectivo.....	125
2.1.2.	Elemento temporal.....	127
2.1.3.	A coerência comercial e geográfica	130
2.2.	O trabalho suplementar	132
2.3.	As parcerias na execução destas actividades.....	135
2.4.	A desadequação temporal	142
3.	Os agentes dependentes	145

CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO NEGATIVA DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL E OUTROS CASOS..... 165

I. A listagem *negativa* de espécies de EE..... 165

1.	As actividades de carácter preparatório ou auxiliar	165
1.1.	Instalação fixa para o armazenamento ou exposição de bens	167
1.2.	Depósito para armazenamento, exposição ou entrega de bens	169
1.3.	Depósito unicamente para transformações de bens	171
1.4.	Instalação fixa para comprar bens ou reunir informações	172
1.5.	Outras actividades de carácter preparatório ou auxiliar.....	173
1.6.	A combinação de actividades preparatórias ou auxiliares	179
2.	Os agentes independentes	184
3.	As filiais ou subsidiárias	187
4.	Outras Figuras.....	192
4.1.	<i>As Partnership</i>	193
4.2.	<i>As Joint-Ventures</i>	194
4.3.	<i>Os Trusts</i>	197
4.4.	Os Agrupamentos Europeus de Interesse Económico.....	199
5.	Actividades empresariais realizadas por períodos reduzidos de tempo.....	200
5.1.	As actividades esporádicas.....	200
5.2.	As actividades recorrentes.....	204

II. O EE face ao comércio electrónico 206

1.	O problema central.....	206
----	-------------------------	-----

2.3.	Os armazéns	343
2.4.	Outras instalações imóveis	352

CAPÍTULO IV – O ESTABELECIMENTO ESTÁVEL COMO ELEMENTO DE CONEXÃO 359

I. O EE como elemento de conexão no âmbito dos impostos sobre o Rendimento.....	359
1. O EE como sujeito de Direito	359
1.1. O critério de conexão	364
1.2. O EE perante o princípio da fonte e o princípio da residência.....	366
2. A repartição do direito à tributação	372
2.1. A finalidade do conceito de EE.....	376
2.2. O EE face a outros tipos de actividades	381
2.3. A personalização tribuária do EE.....	389
2.4. O princípio da força de atracção	393
2.5. Os métodos para a atribuição dos lucros e das despesas.....	398
2.5.1. O método directo na imputação de lucros	399
2.5.2. O método directo na imputação de despesas	400
2.5.3. A utilização do método indirecto na imputação das despesas.....	402
2.5.4. A continuidade e consistência na atribuição de lucros.....	403
3. As relações entre a casa-central e o EE	404
3.1. A problemática central	404
3.2. Os encargos gerais de administração	414
3.3. A retenção na Fonte	419
3.4. A responsabilidade pelas dívidas	427
4. A dupla tributação internacional: os métodos previstos para a eliminação ou atenuação da dupla tributação internacional.....	432
5. O princípio da não discriminação aos EE	439
5.1. A posição da OCDE	439
5.2. O EE no Direito da UE.....	441
5.2.1. A liberdade de estabelecimento e o EE	444
5.2.2. As normas nacionais perante o Direito da UE.....	449

5.2.3. A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)	457
II. O EE como elemento de conexão em sede de IVA	463
1. Enquadramento geral	463
2. A localização das prestações de serviços	470
2.1. As regras gerais	476
2.2. As regras especiais	482
3. O cumprimento das obrigações tributárias	498
4. As consequências da existência do EE no território da situação	512
4.1. As operações com intervenção do EE	512
4.2. As operações sem intervenção do EE	518
4.3. O reembolso do IVA	532
5. O EE face ao comércio electrónico em IVA	550
5.1. A problemática central	550
5.2. A tributação do comércio electrónico em IVA	552
6. As operações entre a casa-central e o EE em IVA	557
6.1. A noção de sujeito passivo para efeitos de IVA	559
6.2. As prestações recíprocas face ao caso <i>FCE Bank</i>	569
6.3. Reflexão sobre a situação actual	584
7. O EE perante o regime dos <i>Grupos de IVA</i>	608
7.1. A incidência subjectiva	614
7.2. O âmbito territorial	617
7.3. As implicações tributárias da sua adopção	633
CONCLUSÕES	643
BIBLIOGRAFIA	679